CULTURA POPULAR: DEFINIÇÃO E SURGIMENTO COMO CAMPO DE ESTUDO A PESQUISA – UMA DISCUSSÃO ATUAL.

CLEISON LUIS RABELO
Mestre em Ciências da Educação (UA), Especialista em Arte-Educação (FA7), Psicopedagogia (FTDR) e Gestão Escolar(UDESC) e Graduado em Pedagogia (UVA).

GEISA MACIEL INTERAMINENSE
Graduado em Pedagogia

RESUMO

Abordar sobre Cultura Popular dimensionar, que é cultura, existe devido à interação entre os povos. Definindo que cultura é a forma própria e específica da existência humana no mundo, onde a manutenção da sociedade decorreria, tendo a relações entre os homens e entre os homens e a natureza. Essas relações registradas nas normas, regras, imagens, mitos, ritos e discursos. Todos esses elementos são socialmente construídos e relacionados à própria existência da sociedade. Enfatizando nos Parâmetros Curriculares Nacionais onde há o ensino e a aprendizagem de conteúdos que colaboram para a formação do cidadão, nas quais, a cultura popular deve estar implícita, seja na valorização das expressões dos indivíduos, seja na preservação e na divulgação de manifestações de povos de diferentes culturais.

Palavras-chave: Afetividade. Benefícios. Prática docente.

ABSTRACT

Addressing on Popular Culture scale, which is culture, there is due to the interaction between people. Defining that culture is the proper and specific way of human existence in the world, where the maintenance of society would follow, and the relations between men and between men and nature. These relationships registered in the standards, rules, images, myths, rites and speeches. All these elements are socially constructed and related to the very existence of society. Emphasizing the National Curriculum Standards where there is teaching and learning content that contribute to the training of citizens, in which the popular culture should be implicit, is the valuation of expressions of individuals, is the preservation and dissemination of peoples demonstrations from different cultural.

Keywords : Affection. Benefits. Teaching practice

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. A cultura expressa às características que unem e diferenciam os agrupamentos humanos. “Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos (...)” (Santos, 2003: 08).

Essa dimensão, que é cultura, existe devido à interação entre os povos. Podemos entendê-la como dimensão do processo social e utilizá-la como um instrumento para compreender as sociedades contemporâneas. Não podemos pensar a cultura sem relacioná-la às relações de poder.

Assim, cultura é a forma própria e específica da existência humana no mundo. É a nossa existência fenomenologizada, ou seja, um processo histórico constante e inevitável, em que o ser humano tanto representa o sujeito produtivo como o objeto produzido. Em suma, os homens são culturais por natureza.

> Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos quem são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para os agrupamentos humanos que as vivem, são resultado de sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência (...) (Santos, 2003: 08).

As preocupações e os estudos acerca das culturas humanas tiveram início no século XIX, devido ao contato entre povos e nações. Buscava-se compreender tanto as sociedades modernas e industriais quanto as que iam desaparecendo ou perdendo suas características originais em virtude daqueles contatos.

Naquele período, as potencias européias encontravam-se, então, em processo de expansão, incorporando nações e territórios em outros continentes e submetendo suas populações a seu mando político e controle militar. A discussão sobre cultura estava ligada às necessidades do conhecimento quanto às realidades da dominação política.

Contudo, toda essa preocupação não produziu uma definição clara e aceita por todos do que seja cultura. Existem diversos conceitos para o termo cultura.

Segundo Santos (2003:5),

> (...) cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas.

Para Arantes (2004), cultura de todos os códigos e as convenções simbólicas constituídas pelas sociedades humanas. Assim, a cultura é constituída de sistemas de símbolos que articulam significados.

A manutenção da sociedade decorreria, portanto, das relações entre os homens e entre os homens e a natureza. Essas relações registradas nas normas, regras, imagens, mitos, ritos e discursos. Todos esses elementos são socialmente construídos e relacionados à própria existência da sociedade. Assim, toda ação humana e, conseqüentemente, toda a vida social tem um conteúdo simbólico: os mitos, ritos e dogmas, mas também os objetos, os gestos, a linguagem e até a postura corporal das pessoas.

> Desse modo, interpretar o significado das culturas implica em reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos representam as relações sociais que os definem enquanto tais, na sua estruturação interna e nas suas relações com outros grupos e com a natureza, nos termos e a partir dos critérios de racionalidade desse grupo (Arantes, 2004: 34).

Esses símbolos devem ser interpretados como produtos de homens reais, que articulam em situações particulares, pontos de vista a respeito de problemas colocados pela estrutura de sua sociedade. Mesmo em sociedades relativamente homogêneas, os sistemas culturais comportam incoerências. Para Marx (apud Araújo, 1998: 53) “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real”.

Segundo Marx, o homem é um produto da sociedade, isto é, culturalmente constituído por sistemas de significados que são parte integrante da ação social organizada.

Na mesma direção, Gramsci afirma que “o homem é um processo de seus atos”, ou seja, das relações existentes somadas à história de todo o seu passado.

Gramsci classifica a linguagem como coletiva, sendo ela que significa, no nível do senso comum, cultura e filosofia. É através da linguagem que há a interação e a unificação entre as pessoas em diversos graus, seja em pequenos ou grandes de pessoas. É a partir da interação em diversos graus que, segundo Gramsci (1999: 36), “(...) todo o ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir (...)”.

Folclore: história e concepção

O folclore, como “saber do povo”, define-se, em meados do século XIX, como área de conhecimento delineada no contexto da redescoberta “romântica do popular”. O movimento europeu interessado nas curiosidades do primitivismo cultural valoriza então os transbordamentos imprevisíveis da natureza, o purismo e comunalismo daqueles que vivem junto à terra, provincianos e camponeses, portadores de um saber e de uma arte livre dos artificialismo cultivados nas cortes e nos salões.

> (...) No avivamento estético dessas maravilhas, difundem-se na decoração dessas salas, o gosto por tapeçarias e bibelôs em porcelana que mostram o pequeno pastor com seu flautim, suas ovelha e aves domesticas. Essas “gentes rudes e puras” dos interiores, não corrompidas pela sociedade histórica, são celebradas como tutores da tradição, fontes que revelam e protegem, no contexto transterritorial da revolução industrial, a “poesia da natureza”, a “alma da nação” (Garcia, 2000: 67).

Naquele período, na Europa, as tradições populares representam o espírito do povo de cada país, como aponta Carlos Rodrigues Brandão (2003: 10)[1], no seu livro “ O que é folclore” : “(...) ‘isso tudo você me disse que aqui é folclore, lá na minha terra foi o que tivemos para não

perdemos a unidade da nação e também um sentimento de identidade que não podia ser destruído' (...)".

Fundamentos no princípio de que o folclore é a alma da nação, os países europeus que tinham problemas com relação à sua construção nacional, isto é, com a definição e manutenção de fronteiras, através de seus intelectuais, passaram a valorizar a simplicidade e os encantos naturais que caracterizam os velhos poemas populares e que estavam ausentes da arte erudita do período.

Esse movimento foi também uma forma de reagir contra o Iluminismo de Voltaire, contra o seu elitismo, seu desinteresse pela tradição, contra ênfase à razão. Foi uma forma de oposição que esses países encontravam, principalmente a Alemanha, de negar o predomínio cultural da França, berço do Iluminismo.

É, pois, no interior desse movimento europeu de idéias, em que o distante, o primitivo e o popular são valorizados que surgem as primeiras " sociedade de folclore".

No Brasil, o movimento de valorização ao folclórico surge no processo d redemocratização no final de 1940, com o objetivo de distingui-lo da corrente política da cultura popular, para enaltecimento da ideologia nacionalista. O movimento folclórico, mesmo no meio acadêmico, consegue uma crescente visibilidade, institucionalizando-se em comissões, museus e bibliotecas. Proclamas três grandes frentes de trabalho: a pesquisa vinculada à preservação, a proteção contra a regressão das tradições e o aproveitamento do folclore na educação para manter a tradição "viva". Prega-se a empiria, o mapeamento dos fatos folclóricos, o calendário de feiras e festas.

Assim como o termo cultura é eivado por diversas acepções, existem diferentes olhares sobre o folclore, no que implica divergências e convergência entre autores que buscam desvelar o folclore.

Na concepção de Brandão, o folclore é uma fração tradicional da cultura, é uma situação da cultura, um momento que configura formas provisoriamente anônimas de criação popular, coletivizada, persistente, tradicional e reproduzida através dos sistemas comunitários não eruditos da comunicação do saber.

Brandão não vê o folclore com uma visão romântica e sim com enfoque político, classificando o folclore como formas populares de resistência.

Na sua concepção, deve-se compreender o fato folclórico dentro do espaço de cultura de que ele é parte, o seu todo. Compreender um bumba-meu-boi através da cultura camponesa que articula não só festas de que ele é parte, mas também o trabalho, todas as relações ações, mensagens e símbolos. Segundo Brandão (2003: 90):

> (...) onde há folclore há cultura, onde há cultura há processos sociais de produção e distribuição da cultura, onde há processos sociais que colocam em circulação pessoas, grupos, bens, serviços e símbolos há relação de controle e poder. Há exatamente, também, aquilo às vezes o próprio folclore revela abertamente, às

> vezes revela metáforas, ás vezes ajuda a esconder da memória dos homens e da cultura.

Florestan Fernandes (1979), também, atribui um enfoque político ao folclore brasileiro, cuja gênese se encontra nas relações sociais. Segunda Fernandes (1979: 16), o folclore é usado como via de garantia de eficácia dos meios normais de controle social.

(...) Embora (folclore) nem sempre seja um recurso propício ao ajustamento do homem às situações novas, muitas vezes facilita a preservação de valores sociais que não devem ser destruídos. Sem imobilizar o passado no presente, ele chega a ter alguma importância na disciplinação e mudanças que atingem o patrimônio moral de um povo.

Gramsci (apud Brandão, 2003) considera o folclore uma cultura de classe, uma cultura distinta, dentro de uma sociedade desigual, baseada no senso comum, oposta à filosofia, que é o modo de saber das classes dirigentes, classificada como cultura oficia.

> O pensar do senso comum é o outro lado da filosofia. Também as classes subalternas possuem os seus intelectuais. Apenas, situados fora d instâncias essenciais e centralizadoras de poder, eles não logram representar o mundo de forma totalizada, unitária, racional. Por isso, o saber do fazer e o saber do pensar populares, ou seja, próprias das classes subalternas refletindo a sua posição num sistema de relações entre classes antagônicas e a sua condição de dominado, são um saber de fragmentos, não unitário e não capaz, portanto, de refletir a vida social tal como ela é (apud Brandão, 2003: 102).

Portanto, para Gramsci, folclore é uma concepção do mundo e da vida, em grande parte implícita, de determinados estratos da sociedade, em contraposição às contraposição às concepções oficiais do mundo.

Convergindo com Gramsci, Brandão (2003) considera o folclore uma cultura de classe, uma fala, uma linguagem que o uso torna coletiva, uma cultura das classes subalternas e que se opõe à cultura oficial. É o saber do fazer e o saber do pensar popular. É a cultura ingênua, não-oficial, não-dominante, que mesmo quando resultante de expropriações e imposições no passado, resiste como modo de pensar sentir e fazer do povo.

A cultura popular no currículo oficial

A cultura popular sempre esteve ausente dos currículos escolares, que reafirmam a superioridade de uma cultura erudita, associada a uma determinada classe social. Em decorrência disso, os conhecimentos, valores e práticas dos alunos são, em geral, ignorados pela educação escolar.

Em conseqüência disso, inúmeros alunos abandonam as escolas por se sentirem diferentes, ou seja, por sua cultura não ser validada, por a escola negar os seus hábitos e costumes. Dessa forma, a escola contribui para a exclusão desses alunos, que acabam sendo estigmatizados e rotulados pela escola como “deficientes”.

Esse fato é constatado por Baudelot e Establet na teoria da “escola dualista”, que constatou que a escola é um instrumento do Estado é um aparelho ideológico de Estado.

Saviani (1995: 37), ao se referir a essa teoria, diz que:

> (...) a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalcamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária. (...)

Sendo utilizada para alcançar esses dois objetivos, a escola busca impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a revolução, transmitindo aos indivíduos a ideologia burguesa, objetivando a reprodução da sociedade, ou seja, a manutenção do status quo dominante.

Saviani (2003: 21) diz que “pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita”.

Para a realização da passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, a educação deve buscar identificar os elementos culturais necessários à humanização do homem, acreditando no desenvolvimento da valorização e da simbolização desses elementos, por parte dos indivíduos, que dessa forma possam propiciar o acesso ao saber elaborado.

Assim, Saviani (2003: 14) concebe a cultura popular não como conteúdo a ser trabalhado de forma sistematizada porque “(...) a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular”. Todavia, a cultura popular é considerar a diversidade dos alunos como elemento fundamental a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Silva (1994) considera a cultura popular um elemento mediador da relação do trabalho realizado na sala de aula com a vida cotidiana do aluno de maneira significativa. Na busca de incorporar a experiência do aluno ao conteúdo curricular oficial, o autor vê a cultura popular como um conhecimento capaz de dar voz ao individuo dentro do processo de ensino e aprendizagem. Segundo ele, cada pessoa tem uma forma especifica de ensinar e aprender.

Na perspectiva de Silva (1994: 109), uma prática pedagógica que possui a cultura popular como elemento, implicará a capacidade reflexiva, criativa e inovadora dos indivíduos.

> É possível que a cultura popular contenha aspectos de uma imaginação coletiva capaz de fazer com que as pessoas transcendam o conhecimento a tradição. Nesse sentido, a cultura popular poderá revelar aspectos de um contra discurso útil a organização de lutas contra relações de dominação

O papel da escola implica também uma seleção de conteúdos, no interior da cultura, na qual a escola está inserida. Costa (1999: 64) informa que:

No entanto, persistem as práticas educativas que priorizam a homogeneização cultural, confirmando a educação elitizada dominante, distanciando a classe popular da sua cultura de origem, ao negar e subjugar a sua cultura.

A cultura na LDB e nos PCN'S

Pautada na lei n° 9.394/96, a Arte é considerada disciplina obrigatória na educação básica: "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (art. 26, § 2).

Tendo e vista estabelecer relação entre teoria e vivência, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) orientam:

> Com relação aos conteúdos, orientam-se o ensino da área de modo a acolher a diversidade do repertório cultural que a criança traz para a escola, a trabalhar com os produtos da comunidade na qual a escola está inserida e também que se introduzem informações da produção social a partir de critérios de seleção adequado à participação do estudante na sociedade como cidadão informado (Arte, 2001 : 50).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam o ensino e a aprendizagem de conteúdos que colaboram para a formação do cidadão, nas quais, a cultura popular deve estar implícita, seja na valorização das expressões dos indivíduos, seja na preservação e na divulgação de manifestações de povos de diferentes culturais.

Dá-se ênfase a diferentes artes populares como cantigas e folguedos, contos tradicionais, danças, literatura de cordel e outras infinidades de manifestações populares de diferentes regiões do Brasil. É expressa a recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Arte, 2001: 70) para que as manifestações sejam vivenciadas:

> Os jogos populares de movimento, cirandas, amarelinhas e muitos outros são importantes fontes de pesquisa. Essas manifestações populares devem ser valorizadas pelo professor e estar presente no repertório dos alunos, pois são parte da riqueza cultural dos povos, constituindo importante material para aprendizagem.

Nessa citação, a cultura popular aparece como uma importante ferramenta a ser utilizada no processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos mais recentes que abordam a questão da cultura popular apontam, entretanto, novas respostas para esse confronto, afirmando que é preciso pensar em tradição e transformação como complementares entre si e não excludentes. Pois o termo tradição não implica, necessariamente, uma recusa à mudança, da mesma forma que a modernização não

exige a extinção das tradições e, portanto, os grupos tradicionais não têm como destino ficar de fora da modernidade (Canclini, 1989:239).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular.** 14ª Ed. – São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. – (coleção primeiro passos; 60).

ARAÚJO, Raquel Dias et al. **Concepção marxiana de trabalho e os desafios da atualidade**. In: Vasconcelos, José Gerardo de. (org). Cadernos da Pós-Graduação em Educação. Fortaleza: UFC 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. 13ª Ed. – São Paulo, SP: Brasiliense, 2003. – (coleção primeiro passos; 60)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.** Brasília, 2001 (Arte, volume 6).

CANCLINI, N. *Culturas híbridas.* São Paulo, Edusp, 1989.

_____. 9394/96. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Saviani, Dermeval. **A nova lei da educação**. 5ª Ed. Campinas- SP: Autores Associados.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudanças social na cidade de São Paulo**. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

FERNANDES, YARA. **A invasão também é cultural**. Opinião socialista. N° 200, ano 2004, 18 a 24/11, pág. 10.

FOURQUIM, Jean Claude. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da história**. 9ª Ed. – Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira s.a., 1991.

SANTOS, José Luiz dos**. O que é cultura**. 16ª ed. – São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003 – Coleção Educação Contemporânea.

_____, Escola e democracia. 30ª ed. – Campinas, SP: Autores associados, 1995 – Coleção Polemicas do Nosso Tempo; vol. 5.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira**. O que é, como se faz. 3ª ed. – São Paulo: Loyola, 2002.